



Rio de Janeiro, 12 de julho de 2005.

Ao  
Engº Paulo Roberto da Costa  
M.D. Diretor de Abastecimento da PETROBRÁS  
Av. Chile, 65 – 23º andar  
Nesta

***Ass.: Petroquisa – Instrumento de Política Industrial***

Prezado Diretor,

É do conhecimento geral que por ser um segmento industrial estratégico, a petroquímica é, em qualquer parte do mundo, uma das atividades econômicas sempre em foco pelas autoridades governamentais. Sendo uma indústria de base de grande efeito multiplicador, desempenha papel fundamental na economia, seja pelo seu porte, sofisticação tecnológica ou pela diversidade de seus produtos. Nesse entendimento, a Petroquisa deve ser vista como um instrumento da política industrial brasileira.

2. Assim, foi com satisfação que a AEPET tomou conhecimento de que a Companhia definiu que produzirá termoplásticos em uma unidade com capacidade de processamento de 150.000 mil barris/dia, a ser instalada no Estado do Rio de Janeiro, utilizando como matéria-prima o óleo pesado de marlim extraído na Bacia de Campos e ao que se presume produzindo, basicamente, os derivados GLP, diesel, propeno, eteno, benzeno, para-xileno e coque.

3. Para a segunda geração, acredita-se que estão sendo cogitadas unidades para produção de polietileno, PTA, polipropileno, estireno, estireno-glicol e fenol, empreendimento que levaria a reinserção efetiva da Petroquisa no setor produtivo nacional, em conformidade com o Planejamento Estratégico do Sistema Petrobrás.

4. É consensual que os termoplásticos têm seus preços livres no mercado interno e boa cotação no mercado internacional. A despeito da intensa concorrência externa, os custos de produção nacional deverão ser competitivos, porquanto utilizarão matéria-prima com preço significativamente mais baixo, assegurado pela Petrobrás, controladora do empreendimento.

5. AEPET considera que o simples fato de a Petrobrás processar no território nacional maior volume de seu óleo pesado é uma decisão economicamente acertada, porque interromperá perdas hoje situadas entre US\$ 6.00 e US\$ 8.00 por barril – decorrentes da variação média de preços entre os óleos pesado (exportado) e o leve (importado) – operação necessária para adequar a oferta de óleos ao perfil de refino para o abastecimento de combustíveis ao mercado doméstico.

6. Concluída esta fase do projeto, por certo se sucederá o detalhamento da micro-localização para sediar o empreendimento, sobre a qual a AEPET apresenta algumas considerações, sempre com o objetivo de colaborar para a melhor solução econômica e social para o País.

7. Ao que se tem notícia, as áreas mais promissoras para a instalação da refinaria petroquímica estão nos municípios de Itaguaí, Macaé e Campos. Para fins dessas considerações agruparemos os municípios de Macaé e Campos sob a denominação genérica de norte fluminense.



8. É sabido que no Município de Itaguaí encontra-se uma gleba de terreno pertencente à Petrório, subsidiária da Petroquisa, localizada nas proximidades do porto de Sepetiba e junto a diversos outros empreendimentos, em fase de projeto, em instalação ou em operação, com destaque para o setor siderúrgico (CSN, Gerdau-Cosigua). O porto é público, sem possibilidade de ter-se terminal privado. A captação de água é desfavorável porque o Rio Guandú está à jusante da gleba e haverá concorrência com os outros empreendimentos para se disputar a água que não será abundante.

9. A instalação de mais um grande empreendimento industrial agravaria a poluição do ar (as condições para a dispersão do ar nas imediações de Itaguaí são baixas, segundo estudos da Feema publicados em 1991). A gleba da Petrório é limítrofe à área urbana da cidade de Itaguaí. Considerando as instalações industriais da Nuclep que estão nas proximidades, pode-se considerar que a região tem um nível satisfatório de industrialização para o padrão brasileiro.

10. Ao contrário, no norte fluminense não existe industrialização, exceto em Macaé, onde há instalações de produção e de escoamento de petróleo, assim como infra-estrutura de serviços (aeronáutica, comunicação, hotelaria, transporte de apoio etc). Entretanto, a AEPET lembra que a produção de petróleo é finita, descontinuando instalações e desmobilizando pessoas. Foi a compreensão dessa lógica que direcionou a Petrobrás a instalar uma refinaria em Mataripe e a incentivar e a construir o complexo petroquímico de Camaçari. Hoje ambos garantem continuidade à região, mesmo agora, com o acentuado declínio da produção de petróleo no Recôncavo Baiano.

11. A Companhia, ao que se sabe, não possui no norte fluminense gleba com área suficiente para a instalação de uma refinaria petroquímica. Portanto, seriam necessárias gestões junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para esse fim, levando, naturalmente, em consideração que a área deve reunir condições favoráveis à construção de um terminal marítimo privado e suficientemente distante de áreas urbanas.

12. A AEPET sugere que, por ocasião dos estudos de viabilidade, a hipótese de localização do empreendimento no norte fluminense, considere - além dos parâmetros técnicos e econômicos - os indicadores sociais, em harmonia com o papel histórico da Petrobrás como indutora do desenvolvimento econômico nacional. A possibilidade de interiorização desses investimentos resultará certamente na melhoria na distribuição de renda de uma região pobre e com poucas opções de crescimento.

Face à relevância do tema, solicitamos a oportunidade de poder debatê-lo em uma audiência com V. Sa, ocasião na qual poderemos apresentar alguns parâmetros e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Heitor Manoel Pereira  
Presidente

SR-FS/sr